



**PERSPECTIVAS**  
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 8, Nº 2 (ESPECIAL), 2023, P. 85-109  
ISSN: 2448-2390

## **Caçadores de ideologias: a extrema-direita brasileira em sua cruzada contra a modernidade**

### **Hunters of ideologies: Brazilian extreme-right in its crusade against modernity**

DOI: 10.20873/rpv8n2-75

**Leno Francisco Danner**

**Orcid:** 0000-0002-2332-3182  
**Email:** leno\_danner@yahoo.com.br

**Fernando Danner**

**Orcid:** 0000-0003-2461-4819  
**Email:** Fernando.danner@gmail.com

#### **Resumo**

Analisamos, no texto, a posição teórico-política da extrema-direita brasileira, em especial Jair Messias Bolsonaro e Olavo de Carvalho. Apontaremos para o fato de que ambos se definem exatamente como caçadores de ideologias e, em particular, procuraremos mostrar como essa *crítica da ideologia* se volta, na verdade, a uma contraposição radical, fundada em uma falsificação gritante, à modernidade-modernização ocidental, gerando uma perspectiva antissistêmica, anti-institucional, antipolítica, anticientífica e anti-universalista que mina o Estado democrático de direito, o pluralismo-diversidade e os direitos humanos como um todo, submetendo essa mesma democracia a uma condição pré-política, pré-cultural e a-histórica dinamizada em termos de determinação religioso-biológica da antropologia-cultura-normatividade e levando, em última instância, por meio dessa guerra ideológica, à recusa em bloco da política, das instituições e da ciência.

#### **Palavras-Chave**

Extrema-Direita. Modernidade. Ideologia. Fundamentalismo. Regressão.

#### **Abstract**

We will analyze the Brazilian extreme-right's theoretical-political position, particularly in terms of Jair Messias Bolsonaro and Olavo de Carvalho. We will point to the fact that both define themselves exactly as hunters of ideologies; and we especially intend to demonstrate how this *criticism of the ideology* becomes, in truth, a

radical contraposition, founded on a huge falsification, to Western modernity-modernization, generating an anti-systemic, anti-institutional, antipolitical, anti-scientific and anti-universalist perspective that undermines the rule of law, the pluralism-diversity and the human rights as a whole, submitting this same democracy to a pre-political, pre-cultural and a-historic condition streamlined in terms of religious-biological determination of the anthropology-culture-normativity and in last instance leading, by means of this ideological war, to the refusal as a whole of politics, institutions and science.

### **Key-Words**

Extreme-Right. Modernity. Ideology. Fundamentalism. Regression.

### **Considerações iniciais**

Este artigo se insere em um projeto de pesquisa mais amplo, por nossa parte, direcionado à discussão do processo de modernização brasileiro, em especial, nesse caso, a partir da tematização da posição teórico-política da extrema-direita em relação a ele, tal como ela aparece nos documentos escritos publicizados por seus vários arautos, especialmente, para o que nos interessa aqui, Jair Messias Bolsonaro e Olavo de Carvalho. Nesse sentido, tematizaremos aquele que consideramos o mote central dessa mesma extrema-direita no que se refere à sua militância político-institucional e à sua vinculação pública, a saber, o combate às ideologias ou, para utilizar um termo de Flávio Bolsonaro enquanto definindo a atuação de seu pai, Jair Messias Bolsonaro, a guerra ideológica contra a esquerda, a qual, na posição de Olavo de Carvalho, assume como direcionamento a contraposição radical à modernidade iluminista, à ciência em bloco e aos intelectuais públicos.

Para tanto, dividiremos nosso texto em dois capítulos: no primeiro, reconstruiremos essa postura de uma guerra ideológica por parte do nosso atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, procurando salientar o sentido e as ramificações dela contra a esquerda teórico-política (ideologia dos direitos humanos, ideologia de gênero, negação da tradição judaico-cristã e Estado ateu); no segundo capítulo, procuraremos reconstruir sinteticamente o sentido da ideologia e da guerra ideológica a partir da posição filosófica de Olavo de Carvalho, a qual denominaremos de correlação de dualismo-maniqueísmo ontológico-antropológico como contraposição e autoexclusão entre espírito e matéria e de intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado como método de acesso à Verdade absoluta e de resolução do drama

humano ante o universo e a eternidade em termos de acesso direto, imediato e imediado do indivíduo a Deus por meio de introspecção.

Nosso argumento central consiste em que a utilização, por parte da extrema-direita, do conceito de ideologia e sua afirmação da guerra ideológica como a dinâmica estruturante e salvífica da democracia e contra a esquerda teórico-política implicam seja em uma falsificação da modernidade como um todo (correlacionada ao materialismo, ao ceticismo, ao relativismo e à ideologia), seja, então, por consequência, de fomento de uma perspectiva antipolítica, antissistêmica, anti-institucional, anticientífica e anti-universalista que mina a democracia pluralista e universalista constituída como um Estado democrático de direito, ameaçando diretamente e sem nenhum pudor com a regressão antimoderna e antimodernizante, desde a primazia de uma base religioso-biológica essencialista e naturalizada com caráter pré-político, pré-cultural e a-histórico relativamente à antropologia-cultura-normatividade.

## **1. Caçadores de ideologias: sobre o mote da extrema direita brasileira**

Sim, a extrema-direita brasileira consiste em uma perspectiva teórico-política sistematizada e altamente estruturada nessa correlação de produção intelectual e de vinculação político-institucional, com um profundo ativismo sociocultural contra a modernidade – e, nesse sentido, sua hegemonia sociocultural e político-institucional que vivenciamos hoje como regressão antimoderna e antimodernizante não se deve apenas aos *erros da esquerda* ou à *falta de vinculação sociocultural* da ciência e dos intelectuais públicos, mas exatamente a esse ativismo teórico-político *permanente, incisivo e sistemático* que de longa data demarca sua constituição e seu enraizamento em nossa esfera pública, potencializado pelo grande alcance e apelo populares de uma comunicação calcada no fundamentalismo religioso tosco (em que a exegese histórica do credo é apagada completamente e substituída tanto pela sua interpretação literal simplificada quanto pelo misticismo estrito em torno a ele) e na ênfase pungente e agudizada na violência social mais basilar enquanto o problema social agravado a ser efetivamente resolvido por essa mesma extrema-direita (junto com o ceticismo, o relativismo e a degeneração moral modernos, que fomentam, protegem e potencializam o crime e o criminoso contra o

homem de bem), por meio da Bíblia, da bala e do individualismo meritocrático e interiorizado (fé e trabalho, com caráter antipolítico e anti-Estado). Poderíamos, ademais, a esse quadro sociocultural, acrescentar outro dado básico: o *déficit* de alfabetização científica, por assim dizer, do grosso da população, o que facilita essa propagação do fundamentalismo religioso, do populismo e do messianismo políticos e, então, de uma perspectiva de contraposição simplificadora à modernidade, à ciência e à política, concebidas exatamente como antítese de uma moral cristã essencialista e naturalizada que, esta sim, deve estar na base da própria democracia pluralista e universalista constituída como um Estado democrático de direito – aliás, a própria dificuldade em se separar direito, política e moral, no Brasil hodierno e por parte da extrema-direita (mas não restrito a ela, obviamente), inclusive de se sobrepor o direito à política e à moral e de se submeter estas àquele, mostra o solo fértil encontrado e adubado pela extrema-direita em sua corrida tanto na sociedade civil quanto no horizonte do poder institucional.

E, nesse sentido, um grande mote dinamiza a extrema direita brasileira, passando por Jair Messias Bolsonaro e chegando-se a Olavo de Carvalho, que serão os nossos dois grandes exemplares dessa mesma extrema-direita no texto: a caça às ideologias, de modo que eles podem ser definidos – e, na verdade, se definem – como caçadores de ideologias. Com efeito, Jair Messias Bolsonaro, na boca de seu filho, Flávio Bolsonaro, afirma exatamente que tem como seu objetivo de vida, orientador de sua militância político-institucional, esse combate sem tréguas às ideologias, associadas, no caso dele, à esquerda teórico-política (no caso de Olavo de Carvalho, associadas tanto à modernidade quanto aos seus defensores, a ciência indistintamente, os intelectuais públicos e a esquerda, sob a forma de marxismo cultural e, aqui, como materialismo, ceticismo e relativismo). Flávio Bolsonaro diz da postura de seu pai:

Bolsonaro sempre alertou: no Brasil, tão ou mais grave que a corrupção, é a questão ideológica. O dinheiro roubado pode ser recuperado, já a liberdade, não! A esquerda usa os legítimos instrumentos da democracia, como o voto e o funcionamento dos poderes, para corrompê-la e se perpetuar no poder (BOLSONARO, 2017, p. 130-131; os destaques são nossos).

Note-se, como estamos falando, que este é o verdadeiro núcleo orientador da constituição e da contraposição da extrema-direita brasileira à esquerda e, nesse caso, conforme aparece na passagem acima, tem-se exatamente a *correlação de esquerda e ideologia*, muito importante

para compreendermos a constituição teórico-política dessa mesma extrema-direita. Nesse dia-pasão, Jair Messias Bolsonaro é descrito, por seu filho, Flávio Bolsonaro, enquanto estando orientado a uma guerra ideológica sem tréguas para com a esquerda, que é a verdadeira criadora, promotora e defensora de visões falsas, deformadas e degeneradas acerca da realidade, da condição, do comportamento e das relações humanas. A guerra ideológica sem tréguas e a caça permanente, pungente e incansável às ideologias se colocam como a única alternativa possível não só para a constituição e para a vinculação sociopolítica da extrema-direita, senão que também para o próprio salvamento da democracia, assumido por essa mesma extrema-direita de um modo geral e por Jair Messias Bolsonaro em particular. Flávio Bolsonaro continua sua reconstrução do ativismo público-político-institucional de Jair Messias Bolsonaro enquanto caçador de ideologias:

*De fato, a guerra ideológica que Bolsonaro sempre travou, praticamente sozinho no campo da política, não começou ontem. Muito antes de partir para a política, ele já havia aprendido a importância de estar sempre do lado oposto ao da esquerda (BOLSONARO, 2017, p. 72; os destaques são nossos).*

A passagem é rica em significados, embora, no caso de Jair Messias Bolsonaro, eles estejam mais pressupostos ou implícitos que explícitos (Olavo de Carvalho é mais claro neles, como demonstraremos logo adiante). A guerra ideológica não começou ontem porque, na verdade, ela é consequência da própria constituição do processo de modernidade-modernização ocidental. Mas, entenda-se bem, utilizando-nos do referencial teórico habermasiano, a ideologia é, para a extrema direita brasileira, produzida *pela modernidade cultural* e sob a forma de racionalização das imagens metafísico-teológicas de mundo, o que consolida (a) a desnaturalização, a historicização e a politização da sociedade-cultura-consciência e (b) a pluralização, a diferenciação, a heterogeneidade e a complexidade sociopolíticas, instaurando-se seja o primado da ciência empírico-normativa (nas suas diferenciações internas, obviamente – ciências naturais e ciências humanas e sociais), seja a correlação inextricável de pluralismo-diversidade-alteridade, universalidade dos direitos humanos e Estado democrático de direito, com a separação e a sobreposição do direito em relação à política e à moral (cf.: RAWLS, 2000, § 06, p. 34; HABERMAS, 2012a, p. 383-385; HABERMAS, 2012b, p. 87-202; HABERMAS, 2003a, p. 17-25; HABERMAS, 2003b, p. 22-38; HONNETH, 2003, p. 274-280; FORST, 2010, p. 328-345). O problema

não está com a modernização econômica e com o individualismo instrumental, meritocrático e privatista, e sim com a cultura moderna e, ainda, com o Estado burocrático-administrativo. Nesse sentido, o grosso da guerra ideológica travada por Jair Messias Bolsonaro é contra a modernidade cultural, ramificando-se em um contraponto direto ao Estado de bem-estar social.

Na mesma passagem acima, ademais, aparece novamente a correlação de esquerda e ideologia. Além da perspectiva estatista própria à esquerda teórico-política e recusada por Bolsonaro, a intersecção de esquerda e ideologia se dá a partir de três eixos estruturantes. Primeiramente, contra a degeneração dos direitos humanos por parte dessa mesma esquerda, interpretados por ele como deslegitimando e condenando o homem de bem e fomentando, protegendo e influenciando exatamente ao bandido. Para a esquerda, como quer Jair Messias Bolsonaro, os direitos humanos são ideologia no sentido de fomentarem a deturpação da ordem social, invertendo a relação *homem de bem versus criminoso* e, com isso, subvertendo o Estado de direito, colocando-o a serviço do bandido e da criminalidade. Ele diz:

Mas sua atuação também começa a ficar marcada por posições politicamente incorretas, sempre no exercício de suas atribuições como representante do povo. Como exemplo, seu posicionamento quanto aos “direitos humanos” e a manipulação do significado do termo pela esquerda.

A percepção da maioria esmagadora da população de que a política de direitos humanos só serve para proteger bandidos não foi, obviamente, invenção de Bolsonaro. Essa máxima foi sendo consolidada com o passar do tempo e pelo fato de que marginais, maiores ou menores de idade, foram sendo exaustivamente defendidos por políticos e “especialistas” na área, enquanto uma palavra sequer era dada aos familiares das vítimas desses bandidos (BOLSONARO, 2017, p. 83-84).

Note-se, na passagem, o jogo com as emoções públicas em torno à violência social brasileira, dentro da qual, obviamente, está colocada a própria criminalidade cometida por sujeitos institucionalizados, mormente, nesse caso, as forças militares: alimentando-se desse déficit de formação científica de nossa população, mais afeita a uma interpretação literal do credo via mediação eclesial que a uma leitura atenta de um manual de direito, e assumindo essa situação de desigualdade social gritante que demarca a constituição da sociedade brasileira, a qual potencializa disparidades sociais e, então, incrementa a emergência da – e mesmo normaliza a – violência cotidiana, do alto da pirâmide social à sua base e desta para aquela, a extrema-direita consegue assumir o núcleo do Estado democrático de direito – isto é, a universalidade

incondicional, irrestrita e inviolável dos direitos humanos, única base estruturante do direito democrático – como o verdadeiro problema a gerar a criminalidade desbragada e, assim, a emperrar a efetiva resolução desse desafio.

No mesmo diapasão, daqui emerge essa associação entre direitos humanos, esquerda teórico-política e degeneração de certa normalidade social calcada diretamente no homem de bem e sempre contra o criminoso que ameaça essa mesma normalidade social. O que Bolsonaro está criticando, no contexto dos direitos humanos e da suposta militância da esquerda em torno a eles (não nos aparece haver correlação necessária e dependência e mutualidade entre direitos humanos e esquerda – o chavismo está aí para nos mostrar que isso não é verdade!) – consiste na deturpação da ética privatista do trabalho, da autoridade e da ordem e o fomento de uma perspectiva supostamente de acusação das estruturas sociais enquanto geradoras da criminalidade, de modo a eliminar a responsabilidade individual dos sujeitos sobre seu próprio destino. Direitos humanos são ideológicos porque, primeiramente, retiram a responsabilidade individual pela própria vida e pelas próprias ações, transplantando-a para a sociedade: do indivíduo como verdadeiro móbil e princípio de sua própria vida, vai-se para uma pura e simples abstração, a sociedade, as estruturas sociais, as instituições, o Estado, as classes sociais, o partido, a massa etc. Direitos humanos são ideológicos porque, em segundo lugar, complexificam e mediatizam uma relação de causa, consequência e medida que é muito simples e que cala fundo na mentalidade social: o que aqui se faz, aqui se paga na mesma proporção – matou, morreu; estuprou, deve ser estuprado ou castrado, olho por olho, dente por dente, sangue por sangue, vida por vida. Direitos humanos como ideologia, portanto, assumem seu sentido nessa deslegitimação de uma regra milenar básica da vida e da sociabilidade humanas, válida ontem tanto quanto hoje: cada indivíduo tem de ser responsabilizado pelas suas próprias ações e, por isso mesmo, tem de pagar com a vida – ou com o mesmo tipo de pena – o crime que cometeu. Sem mediações jurídicas e sem um critério de tratamento “humano” ou “sensibilizado”, principalmente quando se leva em conta a barbárie cometida pelo criminoso contra o homem de bem.

Perceba-se, com isso, que não são mais os direitos humanos que assumem uma perspectiva universalista e basilar em torno à sociabilidade democrática e às práticas institucionais dali dinamizadas, mas exatamente essa moral do olho por olho, dente por dente. Na visão de mundo

da extrema-direita, as mediações jurídico-institucionais atrapalham e deturpam essa condição básica da vida humana e das relações mútuas, colocando em seu lugar exatamente a enrolação e a protelação da obviedade e da imperiosidade da justiça direta e sem tréguas: criminoso não tem direitos e não tem dignidade, porque, se os tivesse, não seria exatamente criminoso. Todo o direito e todo o valor apenas ao homem de bem. Ora, em uma sociedade que, desde os tempos coloniais, a população está acostumada ao, no dizer de Gilberto Freyre, dualismo e antagonismo entre casa-grande e senzala, entre branco e negro-índio, em uma sociedade na qual a violência sem fim, sem tréguas e direta afeta o dia a dia do homem pobre e trabalhador, e em que o direito é, antes de tudo, visto como uma arma a favor do criminoso de colarinho branco, essa percepção cala fundo e move a onda política a favor dessa mesma extrema-direita – não por acaso, a propaganda em prol dessa moral hamurábica foi a tônica estruturante da vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. O homem de bem não é protegido e valorizado pelo direito e, nesse caso, pelos direitos humanos, mas sim o bandido; o homem de bem só é protegido e valorizado pela moral do olho por olho. Olho por olho é a verdade; direitos humanos representam a ideologia.

Aliada à ideologia dos direitos humanos, aparece a ideologia do marxismo cultural e da propagação da Nova Ordem Mundial (NOM) em torno exatamente a essa agenda correlata (a) de desnaturalização, historicização e politização da sociedade-cultura-consciência e (b) de pluralização, diferenciação, heterogeneidade e complexidade sociopolíticas, próprias à, novamente utilizando um termo de Jürgen Habermas, modernidade cultural. Com efeito, a promoção dos direitos humanos é um passo nesse grande e global movimento de ataque a uma noção de civilização ocidental que tem seu núcleo estruturante na imbricação de tradição judaico-cristã e de perspectiva ontoteológica greco-latino-medieval (refletiremos melhor sobre isso no próximo capítulo, com a análise do pensamento de Olavo de Carvalho). No caso de Jair Messias Bolsonaro, como nos conta seu filho, Flávio Bolsonaro, a promoção da agenda de gênero representaria o segundo aspecto fundacional da correlação de esquerda e ideologia, e ela vem colocar por terra essa perspectiva essencialista e naturalizada de determinação biológico-religiosa da antropologia-cultura-normatividade, que é assumida pelo marxismo cultural como a grande ideologia esquerdista de nosso tempo, herdeira da modernidade-modernização ocidental.

Claramente, são militantes buscando dar “ares de legitimidade” à agenda de gênero integrante da dogmática gramscista e determinada pela nova ordem mundial (NOM), à revelia do que pensam os pais dos alunos. A empreitada é uma verdadeira violência contra as crianças que não possuem maturidade suficiente para escolhas que digam respeito à sua intimidade sexual ou religiosidade. Aspectos que, aliás, devem ser iniciados no ambiente familiar (BOLSONARO, 2017, p. 146).

Além da deturpação óbvia da educação sexual e de gênero apresentada acima, que não incide sobre criancinhas, mas sobre adolescentes, percebe-se sempre o cunho por assim dizer emotivista do discurso bolsonarista: a modernidade cultural – isto é, a correlação de marxismo cultural e esquerda – tem por objetivo degenerar as criancinhas e destruir seja a organização modelar da família cristã (pai, mãe e filhos), seja a autoridade tradicional dos pais sobre os filhos (patriarcalismo), de modo que esse mesmo marxismo cultural também tenta negar certa separação básica entre esfera pública e esfera privada, entre instituições e *pater familias* que é, para a extrema direita, supostamente um dos núcleos estruturantes da tradição judaico-cristã, principalmente nas interpretações neopentecostais e por meio de suas ideias (a) de interiorização pessoal como diálogo direto entre o indivíduo e Deus mediado pelo pastor como forma de acesso à Verdade e de conquista do sentido e (b) de meritocracia pessoal anti-Estado, dependente mais uma vez da graça divina, enquanto forma apolítica e antipolítica de conquista da estabilidade e da mobilidade sociais. Munido da Bíblia e da fé em Deus, o indivíduo só precisa de si mesmo (mas tem de pagar o dízimo e outras penitências), e de ninguém mais; munido da Bíblia e da fé em Deus, o indivíduo pode reproduzir o mundo perfeito aqui e além, sem necessidade da política e do Estado.

Nesse sentido, a extrema-direita reassume, no caso de Jair Messias Bolsonaro, mesmo que de modo simplificado, essa perspectiva de uma determinação religioso-biológica da antropologia-cultura-normatividade: é desde essa base de justificação, é desde essa condição ontológico-antropológica última que a crítica ao marxismo cultural e, nesse caso, à ideologia de gênero – assim como já havia acontecido com a ideologia dos direitos humanos – se processa em cheio: a ideologia de gênero, ao defender a autorreferencialidade da cultura, da linguagem, da sociedade, da intersubjetividade, dando-lhe uma orientação altamente histórico-política e retirando-lhe esse quadro objetivo – e pré-político, pré-cultural, pré-jurídico e a-histórico – oferecido pela religião (escatologia, teodiceia) e pela biologia (correlação inextricável e inviolável de

sexo como aparelho biológico e gênero como autocompreensão simbólico-normativa), leva à plasticidade em termos de escolha individual de suas opções normativas em torno ao seu corpo-gênero e, na verdade, desorienta e deseduca as crianças.

Bolsonaro estava convencido de que era um ataque à família e uma tentativa de erotização precoce das crianças, a partir dos seis anos de idade, em sala de aula. Para que todos pudessem compreender do que se tratava aquele material – que era composto de cartilhas e filmetes que incentivavam crianças a práticas homossexuais e à sexualidade precoce – criou o termo “kit-gay”.

Em um dos filmetes, intitulado “Bianca”, era contada a estória de um adolescente, chamado Ricardo, que se apaixonava por um colega de escola dentro do banheiro, enquanto estava urinando ao seu lado e olhava o órgão alheio. Foi quando resolveu vencer o bullying e assumir sua homossexualidade. No momento da chamada em sala de aula, quando a professora perguntou por Ricardo, ele anunciou que seu nome, a partir daquele momento, seria Bianca... (BOLSONARO, 2017, p. 147).

Mais uma vez temos, como *modus operandi* da postura de Jair Messias Bolsonaro, um misto entre falsificação teórica e estímulo a um emotivismo simplificador, aliado a bastante desinformação: ideologia de gênero ataca a família e degenera a criança, incentivando-as à homossexualidade e à sexualidade precoce, ao mesmo tempo em que defende exatamente essa plasticidade de escolha sobre sexo-gênero – basta querer mudar e, pronto, já somos outros, de macho passamos para fêmea, de fêmea passamos para macho, ou de um nos tornamos em dois e três e quatro e cinco, indefinidamente e a qualquer momento, como em um *fiat*, embora, óbvio, um *fiat* sem a benção divina. Como se percebe, se a ideologia dos direitos humanos atacava o homem de bem e promovia o criminoso, agora a ideologia de gênero deslegitima a família e promove a degeneração moral da sociedade, começando pelas crianças.

Sem a menor cerimônia, a ex-ministra “relaxa e goza” quer que crianças – crianças! – reflitam sobre a própria sexualidade, mesmo que isso implique jogá-las contra os próprios pais. Na vida, tudo tem sua hora certa de acontecer e o poder dos pais sobre seus filhos, ao ser precocemente questionado, por influência da escola, tem o claro condão de atacar a célula-mãe da sociedade: a família (BOLSONARO, 2017, p. 149-151).

Ecoa nessas palavras um diagnóstico bastante certo de Gilberto Freyre sobre a formação do Brasil, desde seus primórdios coloniais: o seu núcleo estruturante não é o Estado, mas a família; não é o parlamento, mas a casa-grande; não é o liberalismo, mas o catolicismo; não é o direito racionalizado e secularizado, mas o fundamentalismo religioso; não é a iniciativa

pública, mas a iniciativa privada (cf.: FREYRE, 2008, p. 91-92). No caso da posição teórico-política bolsonarista, como se pode perceber na passagem acima, a militância em torno aos costumes e contra seja a ideologia dos direitos humanos, seja a ideologia de gênero, assume como base normativa exatamente a família, a “célula-mãe da sociedade” – note-se, mais uma vez, a perspectiva da determinação religioso-biológica da antropologia-cultura-normatividade. Ora, com essa ênfase na supremacia da família em relação ao Estado, do privatismo em relação ao público (em termos institucionais e de coletividade), vemos aparecer não apenas a primazia absoluta do *pater familias* em decidir sobre a criação dos filhos, desde uma perspectiva anti-Estado, não-pública e privatista, mas também a constituição de mais um inimigo direto do bolsonarismo, que se soma à esquerda e à academia: a escola de educação básica pública – daí sua ênfase, inclusive, na escola sem partido. A conclusão é bem clara: todas as instituições e sujeitos que assumem a modernidade cultural como base da democracia representam um ataque direto à família, isto é, à determinação religioso-biológica da antropologia-cultura-normatividade. Daqui emerge, assim, os dois grandes móveis da caçada ideológica promovida por Jair Messias Bolsonaro no espaço público-institucional brasileiro, a saber: a defesa da família desde uma postura anti-Estado e não-pública (no sentido de primazia do particular em relação ao público) e com caráter altamente privatista; e, como fecho de abóboda, uma perspectiva antissistêmica para a qual a derrubada do sistema degenerado desde dentro (politização do direito, colonização administrativo-legislativa, polícia de Estado) e desde fora (massa-milícia digital-social de aclamação com atuações anti-institucionais, antijurídicas e infralegais) é o caminho para a regeneração moral da sociedade brasileira e o passo necessário para a superação das ideologias modernas. Quanto ao primeiro ponto, Flávio Bolsonaro nos diz, acerca da atuação de seu pai:

É contra toda essa deturpação da Educação, promovida por quem quer desconstruir o conceito de família e atacar todos os valores que levaram à construção sadia de nossa sociedade que Bolsonaro luta. A guerra é a favor da inocência das crianças em sala de aula. É pelo direito dos pais sobre seus filhos, que por eles devem ser educados, e não pelo Estado, nas escolas (BOLSONARO, 2017, p. 155).

A guerra promovida pelo bolsonarismo se dá contra o Estado e a primazia do interesse público em relação ao interesse privado, expressado, no caso da ideologia de gênero, pela suposta hegemonia da pauta LGBTQIA+ em relação à célula matricial de nossa sociedade, a

família, uma pauta supostamente assumida e promovida pela escola “politizada” acima de tudo. Essa pauta ideológica corrompe a saúde moral da sociedade, desvirtua a inocência das crianças e, finalmente, desconstrói o conceito de família dinamizado em termos seja de determinação biológico-religiosa da antropologia-cultura-normatividade, seja do binarismo de gênero e da heterossexualidade compulsória, seja, finalmente, através da correlação estrita e inultrapassável de sexo como aparelho reprodutor e gênero como autocompreensão normativo-simbólica. Ora, essa cruzada contra o Estado, descobre Jair Messias Bolsonaro, acaba se transformando em uma cruzada contra *todo o sistema* corrompido e corruptor e, assim, o referido líder político se assume exatamente como um líder antissistema, ele que sobreviveu e prosperou *mamando nas tetas do sistema*. De todo modo, esse é o núcleo da luta bolsonarista: de dentro do sistema e contra ele, desestruturando-o internamente; de fora do sistema (massa-milícia digital-social de aclamação), e mais uma vez contra ele, deslegitimando-o e desestabilizando-o gradativamente:

Desde a primeira vez que foi surpreendido com uma multidão enaltecendo-o no aeroporto de Fortaleza, nascida de forma espontânea nas redes sociais, percebeu que tinha uma missão pela frente. Nunca teve a intenção de representar algo tão grande e importante na vida de milhões de brasileiros: a esperança. Passou a tudo encarar como uma missão de Deus. [...]

Em cada recanto do país, lá estavam aqueles que identificaram em Bolsonaro uma liderança, uma força capaz de lutar contra um sistema desgastado, corrompido e que precisa ser passado a limpo por alguém independente, sério e com o coração verde e amarelo (BOLSONARO, 2017, p. 184. Cf., ainda: BOLSONARO, 2017, p. 06, p. 114-116, p. 174).

A luta bolsonarista é, na verdade, uma missão divina: a destruição do sistema desgastado, corrompido e sujo. A missão divina é uma luta política atribuída a Bolsonaro – o espírito orientando e fortalecendo a matéria-carne, a escatologia e a teodiceia se sobrepondo à história e à política, o fundamentalismo arrasando com a ciência e o direito: passar a limpo o sistema, purificar o sistema. Daí que a caçada ideológica promovida por Bolsonaro, tanto na esfera pública quanto em seu trabalho institucional, tenha como fecho de abóboda – e aqui estaria a explicação para a corrupção e a degeneração sistêmica, as quais são assumidas e promovidas em cheio pela esquerda em termos de marxismo cultural e de Nova Ordem Mundial (o próprio marxismo cultural dinamizado como versão contemporânea do comunismo) – exatamente a defesa da tradição judaico-cristã como base estruturante de nossa sociedade e como o

verdadeiro fundamento do Estado democrático de direito, das instituições públicas e da normatividade social. Com efeito, aparece o terceiro aspecto da correlação entre esquerda e ideologia, que é o ataque e a deslegitimação dessa mesma tradição judaico-cristã enquanto estrutura fundacional e dinamizadora da sociedade brasileira:

Outra “conclusão” foi a de que os símbolos religiosos deveriam ser afastados das escolas. Ou seja, às favas com a tradição judaico-cristã, que alicerçou a civilização ocidental, o importante é termos um Estado ateu (BOLSONARO, 2017, p. 146).

Jair Messias Bolsonaro é contra a modernidade-modernização ocidental, mas é a favor da *civilização ocidental*. E mais: fala em Estado *ateu* como herança dessa modernidade-modernização ocidental em termos de correlação de esquerda e ideologia. A que civilização ocidental está ele se referindo? A que tipo de tradição judaico-cristã está ele fazendo alusão? E em que sentido a modernidade é ideológica e, por isso mesmo, atea? Essas perguntas não podem ser respondidas pelo próprio Jair Messias Bolsonaro, dada a simplicidade de suas ideias, mas encontram uma resposta contundente em Olavo de Carvalho, seu mentor. É o que desenvolveremos no próximo capítulo.

### **A modernidade como ideologia: a escatologia cristã e a interpretação olavista da modernidade como fábrica de ideologias**

Olavo de Carvalho também é um militante teórico-político em termos de perspectiva antimoderna e antimodernizante. Seu objetivo, como ele nos diz em seus trabalhos, consiste em enfrentar a modernidade-modernização ocidental como um todo em termos de crítica à ciência (concebida como um bloco indistinto), à política, às instituições públicas (o Estado em particular) e aos intelectuais públicos (“coletivistas”). Em suma, o objetivo de vida de Olavo de Carvalho, assim como o de Jair Messias Bolsonaro reconstruído acima, é a luta contra as ideologias, a caçada ideológica – e Olavo, melhor em termos teóricos que Jair (do mesmo modo como este é melhor em termos políticos do que aquele), é também e por excelência um caçador de ideologias. Definindo sua cruzada teórico-prática antimoderna e antimodernizante no contexto da sociedade e da esfera pública brasileiras, esclarecendo-nos de sua luta contra a modernidade ideológica, ele nos diz:

Tarefa que é, em essência, a de romper o círculo de limitações e constrangimentos que o discurso ideológico tem imposto às inteligências deste país, a de vincular a nossa cultura às correntes milenares e mais altas da vida espiritual no mundo, a de fazer em suma com que o Brasil, em vez de se olhar somente no espelho estreito da modernidade, imaginando que quatro séculos são a história inteira do mundo, consiga se enxergar na escala do drama humano ante o universo e a eternidade. Tarefa que é, no seu mais elevado e ambicioso intuito, a de remover os obstáculos mentais que hoje impedem que a cultura brasileira receba uma inspiração mais forte do espírito divino e possa florescer como um dom magnífico a toda a humanidade (CARVALHO, 2018a, p. 33).

Trata-se, para Olavo de Carvalho, de romper o círculo ideológico limitador, restrito pela e restringido à modernidade iluminista, de vincular o Brasil às correntes espirituais milenares e mundiais ou universais e, finalmente, de situar-nos efetivamente no drama humano ante o universo e a eternidade. Ora, que drama é esse que está sendo deturpado pelas ideologias modernas e que está travando o Brasil de vincular-se às correntes espirituais milenares e mundiais, aferrando-o à modernidade iluminista? Como se percebe, se a modernidade iluminista é a grande ameaça, para Olavo de Carvalho, uma vez que é ideologia e, na verdade, uma fábrica de ideologias totalitárias, por outro temos esse *drama humano ante o universo e a eternidade* enquanto o grande contraponto normativo desde o qual a modernidade é compreendida, situada e criticada. Então, mais uma vez, qual é o drama humano ante o universo e a eternidade assumido por Olavo de Carvalho? E o que ele pode nos dizer da modernidade iluminista?

A resposta a esta pergunta nos leva diretamente à escatologia judaico-cristã, temperada com elementos da ontoteologia greco-latino-medieval, mas, obviamente, sempre *a la* Olavo de Carvalho, em uma interpretação no mínimo escandalosa de sistemas de saber institucionalizados e objetivos tão estritos, doutrinalmente constituídos e hermeneuticamente dinamizados, para além de qualquer individualismo simplificador e de qualquer espiritualismo privatista, imediato, mediado e direto (adiante explicaremos isso). Com efeito, para ele, todo o drama humano ante o universo e a eternidade, ontem e hoje, pode ser sintetizado na seguinte equação: o combate por parte de cada indivíduo contra Behemot e Leviatã mediado pela graça divina na pessoa de Jesus Cristo. É daqui que a metafísica olavista, que vamos denominar aqui, como já fizemos em outros trabalhos ainda não-publicados, de *dualismo-maniqueísmo ontológico-anropológico como autoexclusão de espírito e matéria*, ganha seu sentido e se propõe tanto a interpretar a história humana como um todo, seu passado, seu presente e seu futuro, quanto, de

modo mais específico, a enquadrar a modernidade-modernização ocidental e, como ele já nos disse acima, o drama brasileiro ante o universo e a eternidade e diante dessas tradições espiritualistas milenares e globais. Ora, partindo dessa escatologia judaico-cristã, Olavo de Carvalho assim define esse drama humano ante o universo e a eternidade como conflito entre Behemot e Leviatã no âmbito da individualidade:

[...] unidade de essência entre o homem e o monstro: Behemot é a um tempo poder macrocômico e uma força latente na alma humana. Quanto a Leviatã, [...] a força da revolta está na língua, ao passo que o poder de Behemot, como se dia em Jó (40:11), reside no ventre. Maior clareza não poderia haver no contraste de um poder psíquico e de um poder material: Behemot é o peso maciço da necessidade natural, Leviatã é a infranatureza diabólica, invisível sob as águas – o mundo psíquico – que agita com a língua (CARVALHO, 2018a, p. 29).

Note-se, na passagem, os delineamentos básicos da metafísica olavista enquanto explicando o drama humano ante o universo e a eternidade e em termos dessa influência de Behemot e Leviatã enquanto pesos de chumbo, para usar um termo platônico, que impedem o contato direto, mediado e imediato entre o indivíduo e Deus por meio da interiorização pessoal, privatista, espiritualista e intuicionista. Toda a dinâmica humana, ontem e hoje, nesse sentido, se dá no conflito entre necessidade natural e psiquê individual, entre matéria e espírito (matéria que está fora e dentro de nós). Primeiramente, dessa metafísica olavista é importante destacar-se sua estrutura: ela é constituída por uma linha vertical que vai do indivíduo a Deus e que vem de Deus para o indivíduo, diretamente e sem mediações, alcançada em termos dessa perspectiva de um intuicionismo personalista, privatista, personalista, espiritualista e interiorizado de que comentamos acima (e do qual falaremos mais logo adiante); e ela é atravessada por uma linha horizontal dinamizada em termos de necessidade natural, ramificada seja nos condicionantes externos à consciência, seja em tensões psíquicas próprias à carne, ao corpo, à materialidade. A linha vertical é a linha do espírito, a linha horizontal é a linha da matéria. Como dissemos, a linha vertical é o caminho do contato direto entre indivíduo e Deus em termos de espiritualidade mediada e imediata; e a linha horizontal impede exatamente esse contato direto entre o indivíduo e Deus, devido ao predomínio da materialidade. Perceba-se, ademais, na passagem, que Behemot e Leviatã são forças cósmicas que perpassam o contexto material exterior ao indivíduo e muito da própria constituição interna desse indivíduo, levando-o a

abandonar o espírito e a focar diretamente na sua materialidade. Olavo de Carvalho continua a descrição de seu dualismo-maniqueísmo ontológico-antropológico como contraposição e auto-exclusão entre espírito e matéria:

O sentido que Blake registra nessas figuras não é uma “interpretação”, na acepção negativa que Susan Sontag dá a essa palavra: é, como deve ser toda boa leitura de texto sacro, a tradução direta de *um simbolismo universal*. Para Blake, embora Behemot represente o conjunto das forças obedientes a Deus, e Leviatã o espírito de negação e rebelião, ambos são igualmente monstros, forças cósmicas desproporcionalmente superiores ao homem, que movem combate uma à outra no cenário do mundo, mas também dentro da alma humana. Entretanto, *não é ao homem, nem a Behemot, que cabe subjugar o Leviatã. Só o próprio Deus pode fazê-lo*. A iconografia cristã mostra Jesus como o pescador que puxa o Leviatã para fora das águas, prendendo sua língua com um anzol. Quando, porém, o homem se furta ao combate interior, renegando a ajuda do Cristo, então se desencadeia a luta destrutiva entre a natureza e as forças rebeldes antinaturais ou infranaturais. A luta transfere-se da esfera espiritual e interior para o cenário externo da História (CARVALHO, 2018a, p. 29).

Behemot ou necessidade natural ou natureza (biologia) exerce uma pressão enorme na psiquê humana que, como Leviatã, está demarcada profundamente pela carne, pelos sentidos, pelos impulsos orgânicos. Nesse sentido, a necessidade natural, que está fora e dentro da alma humana e que caracteriza de modo fundacional ao mundo material em termos dessa linha metafísica horizontal, acaba subsumindo o indivíduo em uma dinâmica objetiva – materialidade – da qual ele já não pode se libertar por si mesmo ou com a ajuda de instrumentos eles mesmos materiais. É nesse momento que vem em socorro a graça divina na pessoa de Jesus Cristo, a qual, entretanto, não é gratuita: cada indivíduo deve aceitá-la e buscá-la interiormente, a fim de efetivamente ser salvo. Ora, esse ponto é muito importante em Olavo de Carvalho e determina não só sua perspectiva apolítica e, na verdade, antipolítica, como também sua defesa do “indivíduo de carne e osso” contra qualquer perspectiva intersubjetiva, institucional e estrutural que tenha por base “abstrações” (essa definição é dada pelo próprio Olavo de Carvalho) como *a sociedade, o Estado, a estrutura social, a classe* etc. Com efeito, ao seu dualismo-maniqueísmo ontológico-antropológico enquanto contradição e autoexclusão recíprocas entre espírito e matéria vem se juntar, agora, o método olavista de acesso à Verdade absoluta, ao sentido do mundo e do homem e, então, de compreensão e de resolução do *drama humano ante o universo e a eternidade*: somente por meio da interiorização do indivíduo em si mesmo é que ele consegue alcançar a Verdade absoluta e usufruir da graça de Jesus Cristo, vencendo a batalha entre

Behemot e Leviatã. Chamemos esse *método olavista* de *intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado* como o único caminho por meio do qual cada indivíduo pode compreender-se, orientar-se e salvar-se das garras de Behemot e dos tentáculos de Leviatã, socorrendo-se, obviamente, na graça divina, sem necessidade de recorrer à história, à política e à ciência materialistas, céticas, relativistas e ideológicas.

Por outro lado, na medida em que o indivíduo nega o âmbito do espírito e abre mão desse processo de interiorização, ele acaba tornando-se completamente dominado por Behemot e Leviatã, arrebatando com essa linha vertical do contato direto, imediato e imediado com Deus, permanecendo refém da materialidade. Ora, a recusa desse intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado enquanto forma para se vencer a materialidade implica em que o indivíduo se enraíze exatamente nessa mesma materialidade, a qual se manifesta como história e política. Como se percebe, para Olavo de Carvalho, história enquanto condição humana e política enquanto instrumento humano são materialidade pura e simplesmente: dali não vem nenhuma salvação, nenhuma objetividade; dali não se alcança o âmbito do espírito, senão que se o emperra de modo quase que irreversível. A Verdade absoluta, que permite a resolução do conflito entre Behemot e Leviatã, só pode ser alcançada por meio do intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado, isto é, em termos de contato direto, imediato e imediado de cada indivíduo, por parte de cada indivíduo, sem necessidade de instituições, processos e estruturas objetivas para tal. Ademais, esse contato é apolítico-despolitizado e, no limite, antipolítico. Por isso, mais uma vez, a história e a política, enquanto parte da linha horizontal da materialidade, são o espaço de Behemot e de Leviatã, isto é, do ilimitado, do irrefreável, do totalizante, do insaciável. E todas as posições teórico-políticas que se fundam na materialidade, ou seja, na autorreferencialidade da história e da política, tendem exatamente ao ilimitado, ao irrefreável, ao totalitário, ao insaciável. Olavo de Carvalho nos diz:

É assim que a gravura de Blake, inspirada na narrativa bíblica, nos sugere com a força sintética de seu simbolismo uma interpretação metafísica quanto à origem das guerras, revoluções e catástrofes: elas refletem a demissão do homem ante o chamamento da vida interior. Furtando-se ao combate espiritual que o amedronta, mas que poderia vencer com a ajuda de Jesus Cristo, o homem se entrega a perigos de ordem material no cenário sangrento da História. Ao fazê-lo, move-se da esfera da providência e da Graça para o âmbito da fatalidade e do destino, onde o apelo à ajuda divina já não pode

surtir efeito, por ali já não se enfrentam a verdade e o erro, o certo e o errado, mas apenas as forças cegas da necessidade implacável e da rebelião impotente (CARVALHO, 2018a, p. 29).

Como se percebe, Olavo de Carvalho julga explicar seja o drama humano ante o universo e a eternidade, seja, no caso da passagem acima, todas as guerras, revoluções e catástrofes humanas na história e por meio da política a partir da primazia da materialidade sobre a espiritualidade, vale dizer, em termos de sobreposição da linha horizontal da necessidade natural dinamizada como materialidade e ramificada em história, política e, inclusive, ciência em relação à linha vertical do contato direto, imediato e mediado entre o indivíduo e Deus por meio do intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado. A violência humana, toda ela, se deve à recusa, por parte de cada indivíduo, à sua vida espiritual, à introspecção de sua própria alma em termos dessa interiorização espiritualista e intuitiva. Abdicando do combate espiritual por desinformação ou fugindo dele por medo, o indivíduo cai fora dessa linha vertical em que ele efetivamente teria um parâmetro objetivo orientador e poderia contar, em última instância, com a graça divina para encontrar sentido na vida e vencer às tentações de Behemot e de Leviatã. Abdicando do espírito, só resta ao indivíduo o horizonte da materialidade, isto é, a prisão da necessidade histórica (não é claro o sentido dado a esse termo por Olavo de Carvalho) e o instrumento cego da política, os quais, por não terem nenhuma base objetiva fixa em termos essencialistas e naturalizados, se tornam o espaço do ceticismo, do relativismo e, assim, das ideologias totalitárias, sem qualquer reflexividade, sem qualquer medida, sem qualquer moderação.

Dessa interpretação curiosíssima – e certamente insustentável – da tradição judaico-cristã e da ontoteologia greco-latino-medieval, surgem quatro consequências ético-político-cognitivas fundacionais que demarcarão toda a militância antimoderna e antimodernizante de Olavo de Carvalho. Primeiramente, a correlação de modernidade, materialismo, ceticismo, relativismo e ideologia. Com efeito, a modernidade, na medida em que recusa a linha vertical do contato direto entre o indivíduo e Deus por meio do intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado, acaba assumindo a materialidade como seu horizonte primeiro e último de ação. É nesse sentido que ela se torna uma fábrica de ideologias, porque já não possui nenhum critério ou conteúdo objetivo desde o qual a produção cognitivo-política pode ser

dinamizada. Recusando a determinação religioso-biológica da antropologia-cultura-normatividade, só resta à modernidade o jogo incessante do perspectivismo semântico, que simplesmente gera jogos de palavras vazios dinamizados publicamente enquanto exatamente ideologias. Por isso mesmo, a consequência do materialismo moderno é a violência causada por ideologias totalitárias.

[...] a logomaquia universal que, se não produziu desde a Revolução Francesa nenhum resultado intelectualmente valioso, ao menos elevou de certo modo a um plano superior de existência uns 200 milhões de seres humanos, alçando-os deste baixo mundo para o assento etéreo, já que esse é mais ou menos o número de vítimas das guerras ideológicas dos dois últimos séculos (CARVALHO, 2018a, p. 42).

Perceba-se que Olavo de Carvalho utiliza o termo *logomaquia* para definir o materialismo moderno e sua consequência, o perspectivismo simbólico-semântico. Por perspectivismo simbólico-semântico, estamos querendo significar a ideia de que tudo é interpretação localizada e condicionada contextualmente, impossível de ser ajuizada por um critério metanormativo objetivo, imparcial, impessoal e neutro comum, de modo que o tipo de justificação epistêmico-política moderna se dá sobre conjuntos de palavras, que geram mais conjuntos de palavras, que geram mais conjuntos de palavras e assim indefinidamente. Nunca é uma discussão sobre verdade, porque já não há mais uma base pré-política, pré-cultural e a-histórica com caráter essencialista e naturalizado capaz de sustentar essa mesma verdade. Por isso mesmo, a modernidade é demarcada pela discussão de ideologias sobre ideologias e, em última instância, pelo conflito sectário e totalitário entre elas. A consequência, como vimos acima, é avassaladora: a morte em nome das revoluções e por meio destas. Ora, dessa restrição materialista da modernidade e, portanto, de seu caráter profundamente ideológico, aparece a segunda consequência ético-político-cognitiva fundacional da metafísica olavista em sua crítica à modernidade, a qual consiste na acusação da degeneração científica da modernidade em ceticismo, relativismo e, assim, em manipulação da consciência por parte dos intelectuais públicos, os quais se tornam promotores por excelência de ideologias:

Uma dessas semelhanças, a mais significativa, é a negação do conhecimento objetivo e a consequente redução da atividade intelectual à propaganda e à manipulação das consciências. Tanto Gramsci quanto Rorty negam que o conhecimento humano possa descrever o real, e declaram que a única

finalidade dos nossos esforços culturais e científicos é expressar desejos coletivos. Para um e para outro, não há conceitos universais, nem juízos universais válidos, mas pode-se “criar” universais pela propaganda, fazendo todas as pessoas compartilharem das mesmas crenças, ou melhor, das mesmas ilusões. A função da intelectualidade é, portanto, gerar essas ilusões e, como diz Rorty, “inculcá-las gradualmente” na cabeça do povo. Eles divergem somente quanto à identidade do intelectual: para Rorty, ele se constitui na comunidade acadêmica; para Gramsci, é o Partido ou o “intelectual coletivo” (CARVALHO, 2018a, p. 67. Sobre isso, cf.: RORTY, 1994, p. 351-386; HABERMAS, 1990, p. 11-104; HABERMAS, 2002a, p. 438-483; HABERMAS, 2002b, p. 07-53).

Para além da grande falsificação de Antônio Gramsci e de Richard Rorty, é importante salientar essa afirmação, por parte de Olavo de Carvalho, de que a modernidade materialista é incapaz de produzir conhecimento objetivo, exatamente porque recusa uma base essencialista a-histórica, pré-política e pré-cultural enquanto substrato biológico-religioso da antropologia-cultura-normatividade. Por recusar esses fundamentos essencialistas e naturalizados anteriores à materialidade, ela não só não consegue mais produzir conhecimento objetivo, como também perde seja a capacidade de uma discussão e de uma fundamentação racionais do conhecimento, seja, por consequência, a correção moral em termos de sua vinculação público-política. Por isso mesmo, como pudemos perceber na passagem acima, teóricos como Richard Rorty e Antônio Gramsci não só negam que seja possível justificar conhecimento objetivo, na medida em que recusam essa base biológico-religiosa pré-política, pré-cultural e a-histórica, senão que também corrompem-se ao ponto de defender que a objetividade e a correção são, na verdade, aquilo que os intelectuais dizem que elas são, isto é, ilusões consolidadas intersubjetivamente por meio da manipulação pela propaganda. Note-se, ademais, na passagem acima, que essa manipulação e essa inculcação pela propaganda de ilusões socialmente úteis tem como meta a massificação de todos os indivíduos, anulando suas singularidades (que somente estariam a salvo em termos da linha vertical do contato direto, mediado e imediato entre o indivíduo e Deus mediante o intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado). É daqui que devém a terceira consequência ético-político-cognitiva fundacional da metafísica olavista em sua crítica à modernidade, a saber, sua (de Olavo) perspectiva antipolítica e antissistêmica. Ele diz:

Se levada mais a fundo, essa “revolução cultural” acabará por perverter todo o senso moral da população, instaurando a crença de que o dever de ser bom e justo incumbe *primeira e essencialmente* à

*sociedade, e só secundariamente aos indivíduos.* Muitos intelectuais brasileiros tomam como um dogma infalível esse preceito monstruoso, que resulta em abolir todos os deveres da consciência moral individual até o dia em que seja finalmente instaurada sobre a Terra a “sociedade justa” – um ideal que, se não fosse utópico e fantasista em si, seria ao menos inviabilizado pela prática do mesmo preceito, tornando os homens cada vez mais injustos e maus quanto mais apostassem na futura sociedade justa e boa (CARVALHO, 2018a, p. 114-115; os destaques são de Olavo. Cf., ainda: CARVALHO, 2018b, p. 204-208).

Note-se que a característica mais gritante da modernidade, da ciência e dos intelectuais públicos, na medida em que estão demarcados pela conjunção de materialismo, ceticismo, relativismo e ideologia, na medida, ademais, em que estão subsumidos à autorreferencialidade da história e à centralidade do instrumento político macroestrutural, consiste exatamente na afirmação da primazia da socialização sobre a subjetivação, das instituições, da massa social, da estrutura social, da classe social, do partido político em relação ao indivíduo de carne e osso – por isso, aliás, que a modernidade é ideológica, porque não só nega o mundo espiritual e a base religioso-biológica pré-política, pré-cultural e a-histórica, mas também afirma a primazia dos processos macroestruturais e das instituições intersubjetivas em relação à ação individual, em geral massificando e anulando os indivíduos. Com isso, a modernidade acaba com a responsabilidade individual, já que concebe o indivíduo como um produto estrito da sociedade. Daqui, inclusive, emergem a degeneração dos direitos humanos e a condenação do homem de bem (assim como das próprias forças de segurança), uma vez que o bandido passaria a ser afirmado como vítima da sociedade e esta sendo considerada como a verdadeira causa das patologias psicossociais. Nesse sentido, chegamos à quarta consequência ético-político-cognitiva fundacional da metafísica olavista em sua crítica à modernidade, a qual se ramifica em dois princípios básicos: de um lado, a ênfase mais uma vez no intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado como forma de acesso à verdade, com a recusa da ciência e dos intelectuais como centro, instituição e sujeito de mediação relativamente à objetividade epistemológico-moral; de outro, a ênfase na meritocracia econômica e em uma postura anti-Estado com caráter apolítico e antipolítico. Quanto à primeira parte desta quarta consequência, Olavo diz:

O desejo de segurança é um impulso normal do ser humano. Foi ele que impeliu os primeiros filósofos a buscarem uma verdade para além das flutuações de opinião. Mas esse desejo toma, entre os intelectuais brasileiros, um sentido caricatural e perverso. Em vez de buscar segurança em uma intuição

direta e pessoal, imaginam poder encontrá-la na adesão coletiva e epidêmica às tendências de prestígio mais recente no que chamam “os grandes centros produtores de cultura” – expressão que já revela toda uma concepção coisista e mercadológica do que seja cultura. Temerosos demais para tentar atinar por si com o certo e o errado, encontram alívio e proteção no sentimento de estar em dia com a opinião mundial, ou com o que tal lhes parece (CARVALHO, 2018a, p. 40. Cf., ainda: CARVALHO, 2018b, p. 59-65).

Por outras palavras, não é em termos teórico-paradigmático-institucionais que se constrói, se justifica e se implanta a objetividade epistemológico-moral; não é através da mediação científica que se alcança o conhecimento objetivo, mas exatamente em termos do intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado como contato direto, imediato e mediado do indivíduo para com Deus, ademais do protagonismo da graça divina na pessoa de Jesus Cristo! Quanto à segunda parte desta quarta consequência, Olavo de Carvalho afirma:

Essas ideias são manifestamente atraentes, sobretudo para mim, que jamais acreditei que homem algum tivesse nada a esperar de governos. Reivindicar do governo, mesmo aquilo que é teoricamente justo, resulta sempre, na prática, em rebaixamento moral: um homem que entre por esse caminho acaba por não enxergar outra forma de ação que não seja a reclamação. Por trás da vociferação rai-vosa, não haverá dentro dele senão a passividade atônita de um bebê que chora e que nada pode fazer por si mesmo. Um governo que se mete em tudo obriga as pessoas a tudo reivindicarem dele: avilta o povo ao atender as suas demandas, premiando a indisciplina e o protesto, e também, ao não atendê-las, semeando a desesperança e o cinismo (CARVALHO, 2018a, p. 125).

A ação política é rebaixamento moral do indivíduo perante o Estado, mesmo se este indivíduo estiver certo. Se a reivindicação política buscada é atendida, ela deseduca o indivíduo, fazendo-o perceber que, por meio da revolta, da rebeldia e da reclamação, ele pode conquistar das instituições benesses que poderia ter por sua própria iniciativa, abrindo mão desta; se sua reivindicação é negada, então ele se torna ressentido, apático e desesperançado. Se dá certa a reivindicação, o indivíduo se torna um bebê chorão indisciplinado; se ela dá errado, também se torna um bebê chorão, mas agora apático. Por isso mesmo, não é a política e nem as instituições as responsáveis pela resolução dos problemas dos indivíduos, mas esses mesmos indivíduos, por meio de sua ação. Se no primeiro caso a ciência é desnecessária (e, na verdade, ideologia do conhecimento objetivo), neste segundo a política é deseducadora (e, mais uma vez, ideologia do coletivismo, do estatismo, da justiça social).

## Considerações finais

De todos os pontos que estas posições aberrantes nos apresentam, gostaríamos de salientar novamente a questão da ideologia, primeiramente ressaltando o quanto é curiosa a apropriação desse termo como base do jargão cognitivo-político utilizado pela extrema-direita – essa mesma ideologia que é conceito basilar das ciências sociais (não só do marxismo, diga-se de passagem). De fato, a intensidade com que esse termo é utilizado por Jair Messias Bolsonaro e por Olavo de Carvalho é maior que o próprio uso dos termos Deus, Bíblia, tradição judaico-cristã etc. Obviamente, isso mostra o quanto estão empenhados na caça de ideologias, caçadores implacáveis e incansáveis que são. Note-se, em relação a isso, que temos, com a extrema-direita brasileira, uma terceira conotação do termo, alternativa à posição marxista (ideologia enquanto bloco histórico-normativo calcado em uma base econômica específica) e à posição, por exemplo, de Destutt de Tracy e de Karl Manheim (ideias de época e de grupo, de modo simplificado).

Para a extrema-direita brasileira, ideologia indica o seguinte conjunto sistemático de atitudes, procedimentos e valores: (a) a primazia da materialidade sobre a espiritualidade, o que também significa a centralidade da ciência (indistintamente concebida por Olavo de Carvalho) em relação à Revelação; (b) a utilização epistemológica das instituições públicas, dos sistemas de signos, das estruturas sociais e dos macrossujeitos políticos como chave analítica para a interpretação dos processos de socialização e de subjetivação, negando o indivíduo em seu protagonismo, substituído por abstrações totalizantes como a sociedade, a massa, o partido etc.; (c) a utilização do método de prova empírica e de discussão e validação acadêmica dos conceitos, das práticas e dos valores, em detrimento exatamente do intuicionismo personalista, privatista, espiritualista e interiorizado enquanto método por excelência para o acesso à Verdade absoluta por parte do indivíduo através de seu contato direto, imediato e mediado para com Deus; e (d) a afirmação da autorreferencialidade da história como horizonte da condição e da ação humanas e da centralidade da política como instrumento de autoconstrução humana ao longo do tempo, inclusive a utilização das instituições como estruturas objetivas-intersubjetivas de

enquadramento, gerenciamento e planejamento das dinâmicas sociais, negando-se, mais uma vez, a espiritualidade e a meritocracia como antipolítica.

Ora, daqui emergem as linhas mestras da atuação da extrema-direita brasileira em termos de crítica à modernidade: a atitude anticientífica e negacionista, uma vez que, como vimos, ciência é retórica, ideologia e manipulação de massa, dada sua base materialista, cética e relativista; a atitude antipolítica, na medida em que a política e ação intersubjetiva são negadas enquanto espaço e instrumento de construção de novas condições sociais; a atitude antissistêmica, uma vez que considera as instituições e as estruturas sociais como massificadoras e totalizantes dos indivíduos de carne e osso, únicas realidades efetivamente existentes, ao passo que o sistema seria uma mera abstração vazia sustentada por ideologias e tendo por consequência processos totalitários; e, finalmente, a submissão da democracia pluralista e universalista constituída como um Estado democrático de direito a uma ordem pré-política, pré-cultural e a-histórica fundamentalista demarcada pela determinação biológico-religiosa direta da antropologia-cultura-normatividade, com o conseqüente travamento das instituições públicas em relação à realização de processos de reconhecimento, inclusão, integração e participação sociopolíticos ampliados, que corrigem os efeitos do racismo biológico, do fundamentalismo religioso, do etnocentrismo cultural e do instrumentalismo econômico. Como se percebe pelas posições acima, são argumentos toscos e simplificadores, esses da extrema-direita, mas, direcionados ao público certo e na forma de manipulação propagandística aguda e pungente, funcionam muito bem, promovendo a regressão na qual estamos hoje mergulhados e da qual não temos tanta certeza de como e de quando sairemos.

### **Referências bibliográficas**

- BOLSONARO, F. *Jair Messias Bolsonaro: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Tiziano Editorial, 2017.
- CARVALHO, O. *O imbecil coletivo*. Rio de Janeiro: Record, 2018a.
- CARVALHO, O. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2018b.
- FORST, R. *Contextos da justiça: filosofia política para além de liberalismo e comunitarismo*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2008.

- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo* (Vol. I): racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo* (Vol. II): sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (Vol. I). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (Vol. II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002b.
- Habermas, J. *Pensamento pós-metafísico: ensaios filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Recebido em: 02/05/2023

Aprovado em: 12/07/2023

### **Leno Francisco Danner**

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor de teoria política contemporânea no Departamento de Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

### **Fernando Danner**

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor no Departamento de Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).